

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

27 DE DEZEMBRO DE 2013

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A 27 DE DEZEMBRO DE 2013

No dia vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária.

Os pontos constantes da Ordem de Trabalhos foram os seguintes:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;**
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;**
- 3) Pedido de acordo da Assembleia Municipal quanto à afetação aos Municípios associados da despesa com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, em 2014;**
- 4) Pedido de acordo da Assembleia Municipal quanto à comparticipação mensal do Município para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, em 2014;**
- 5) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a Assembleia Distrital de Évora [alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro];**
- 6) Designação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido nela representado, para integrar o Conselho Municipal de Juventude, nos termos da alínea b) do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro;**
- 7) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município ao Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses”;**
- 8) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Associação “Os Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do Património”;**
- 9) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais para 2014/2017 e respetivos anexos (mapa de pessoal e autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais).**

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luís Potes Pacheco;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;

- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- Helena Isabel Barros Torrão;
- Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado;
- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- João Miguel Sitima dos Anéis;
- Marta Maria Marcos Bagão;
- Luis Miguel Lopes Merca.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João António Merca Pereira, Paulo José Cachola Manzoupo e João Luis Batista Penetra.

Mediante escrutínio secreto do qual resultou unanimidade, a mesa justificou as seguintes faltas:

- de Joaquim António Vilalva Teixoeira, à primeira sessão deste órgão que decorreu no dia 11 de outubro de 2013;
- de Luis Miguel Lopes Merca, à presente sessão.

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida.

O senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão na ordem de trabalhos dos seguintes pontos adicionais:

10.º Ponto) **Proposta de transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas;**

11.º Ponto) **Proposta de atribuição de despesas de representação à Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, nomeada em regime de substituição;**

12.º Ponto) **Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, de acordo com a alínea l) do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.**

A Assembleia autorizou por unanimidade a inclusão destes pontos na ordem de trabalhos.

No período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação a ata relativa à sessão extraordinária de 13 de novembro de 2013, a qual foi aprovada por unanimidade após a introdução de algumas correções pontuais.

Também no período de antes da ordem do dia o membro António Inácio Lopes perguntou qual a situação das Casas Pré-Fabricadas de Aguiar, nomeadamente se a Câmara vai abrir concurso para as mesmas, se já há pessoas interessadas, etc. tendo o senhor Presidente respondido que o assunto está a ser tratado pelo Dr. Belchior de Sousa. Referiu que uma das questões que está a ser analisada é o Regulamento existente, pelo que só depois do processo jurídico estar concluído é que a Câmara avançará com alguma ação. Adiantou o senhor Presidente que o membro António Inácio poderia não ter de esperar pela Assembleia Municipal para colocar esta questão, uma vez que o mesmo, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, tem reuniões periódicas com a Câmara, podendo ter colocado a questão numa delas, ou até questionar diretamente o executivo da Câmara.

Também neste período a senhora D. Sara Pajote interviu para felicitar todos os presentes pela sua vinda à vila de Alcáçovas, agradecendo desde já a sua presença.

Referiu-se também a senhora D. Sara Pajote ao acidente recentemente ocorrido perto de Évora, originado por um cavalo, causando a morte de algumas pessoas. Apelou para a sensibilização de todos junto das populações para que estes casos não se venham a verificar nas freguesias deste concelho.

No primeiro período destinado ao público, não se verificaram quaisquer intervenções.

Sendo a ordem de trabalhos da presente sessão constituída por doze pontos, o senhor Presidente da Assembleia propôs que o nono ponto passe a décimo segundo e se renumerem os restantes em conformidade. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

A ordem de trabalhos ficou então como se segue:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;**
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;**
- 3) Pedido de acordo da Assembleia Municipal quanto à afetação aos Municípios associados da despesa com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, em 2014;**
- 4) Pedido de acordo da Assembleia Municipal quanto à comparticipação mensal do Município para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, em 2014;**
- 5) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a Assembleia Distrital de Évora [alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro];**
- 6) Designação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido nela representado, para integrar o Conselho Municipal de Juventude, nos termos da alínea**

- b) do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro;
- 7) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município ao Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses”;
 - 8) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Associação “Os Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do Património”;
 - 9) Proposta de transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas;
 - 10) Proposta de atribuição de despesas de representação à Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, nomeada em regime de substituição;
 - 11) Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, de acordo com a alínea l) do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro;
 - 12) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais para 2014/2017 e respetivos anexos (mapa de pessoal e autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais).

Entrou-se de imediato na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão - A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta no final da mesma, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara – Relativamente à informação escrita sobre a atividade da Câmara, o membro Helena Torrão, em relação aos CLDS+ (Contratos Locais de Desenvolvimento Social+), perguntou quais os projetos previstos para este concelho, o público-alvo dos mesmos e qual o tipo dos projetos.

A este propósito, o membro João Antunes informou que por despacho do membro do Governo responsável pela área da Segurança Social, sob proposta do Instituto da Segurança Social, I.P., o Concelho de Viana do Alentejo foi selecionado e convidado para a implementação de um CLDS+. Referiu que o território foi considerado como especialmente afetado por desemprego, daí a importância de apostar em ações que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade. Efetiva-se ainda uma parceria com o IEFP, I.P, com a finalidade de intervenção na área do emprego, formação e qualificação de forma a combater eficazmente os altos níveis de desemprego em contexto real. Continuou este membro dizendo que as ações a desenvolver pelo CLDS+ vão decorrer nas três freguesias do concelho e integram os seguintes eixos de intervenção: Eixo 1 - Emprego, formação e qualificação; Eixo 2 - Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil e Eixo 3 - Capacitação da comunidade e das instituições. Este Contrato Local de Desenvolvimento terá a duração de 18 meses e o orçamento é de 190.000,00€. Adiantou ainda o membro João Antunes que a Câmara Municipal escolheu a Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado para ser a Entidade Coordenadora do mesmo no concelho de Viana do Alentejo e a Dr.ª Cláudia Rodrigues para ser a sua coordenadora técnica.

O membro Helena Torrão questionou ainda que na Informação sobre a atividade da Câmara consta a realização de uma reunião com a Junta de Freguesia de Aguiar, a qual “correu muito bem”, constatando também que nas reuniões realizadas com as outras Juntas de Freguesia não consta o “correu muito bem...”. Perguntou o que isto quer dizer.

O senhor Presidente respondeu que ao dizer que “correu muito bem”, é apenas uma questão de pormenor uma vez que, até esta data, as reuniões com as Juntas de Freguesia têm corrido todas muito bem.

O senhor Presidente informou que a Câmara Municipal, na reunião extraordinária hoje realizada, aprovou o novo tarifário dos Serviços de Abastecimento Público de Água, do Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos, o qual entrará em vigor no próximo dia 12 de janeiro. Disse o senhor Presidente que, tal como referiu na reunião de Câmara, quando se faz a atualização de um tarifário e a mesma implica uma subida, ainda que ligeira e apenas em alguns utilizadores, isso preocupa qualquer Executivo Autárquico, particularmente quando essas atualizações são realizadas numa conjuntura como a atual. Continuou dizendo que o preocupa, particularmente, as pessoas com mais dificuldades económicas e os idosos. Por isso mesmo, foi devidamente salvaguardado este aspeto, como também está explicado no documento, ou seja, o índice de acessibilidade foi garantido. No entanto, referiu que essas atualizações têm de ser feitas devido a vários fatores que estão devidamente explicados no documento de fundamentação. O enquadramento refere a legislação aplicável e enuncia alguns princípios que deverão estar presentes, bem como a fundamentação exigida, nomeadamente que os tarifários terão de ser progressivamente ajustados aos preceitos recomendados por forma a que a prestação dos serviços seja feita em condições de qualidade, de segurança, de sustentabilidade e de garantia de acessibilidade. Adiantou o senhor Presidente que esta atualização que agora se leva a efeito cumpre todos estes requisitos, especialmente o de garantia de acessibilidade por parte das famílias com menores recursos e mais carenciadas. Para além disso, destacou ainda o senhor Presidente algumas notas que no seu entender são relevantes:

- Referiu que como se pode constatar, dos dados disponíveis pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, para um consumo médio de 10m³ por mês, esta Autarquia cobra uma tarifa muito abaixo da média nacional e continuará abaixo depois desta atualização (estes dados podem ser consultados no site da ERSAR e constam de um estudo que o jornal Diário de Notícias publicou no dia 8 de dezembro de 2013);

- Referiu também que se pretende que o nosso tarifário fique agora uniformizado, na generalidade, com os Municípios da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, nomeadamente com Alvito, Cuba e Vidigueira;

- Uma das recomendações da ERSAR, e não só, é os sistemas caminharem progressivamente para a sua sustentabilidade, ou seja, as receitas cobrirem os custos. Após esta atualização que agora propomos, apenas conseguimos cobrir cerca de 23,5% dos custos, ou seja, nem ¼ ainda conseguimos recuperar;

- Desta atualização resulta uma descida na fatura a pagar por parte das Associações e IPSS's;

- Adiantou que a área Social desta Autarquia já iniciou um trabalho de elaboração de um novo Regulamento para apoio a famílias numerosas;

- Referiu ainda que será reforçada a comunicação do desconto para os portadores de cartão jovem do Município, no montante correspondente a 10% do total da fatura;

- Referiu por último o senhor Presidente que continuará a política de poupança de água tratada por parte desta Autarquia, através desde logo da conclusão da obra do Centro Histórico, a qual consistiu também na substituição de condutas de água subterrâneas, com a abertura de furos para rega, com a substituição e reparação de contadores, com a monitorização dos consumos dos jardins e outros espaços públicos, etc...

Ponto três) Pedido de acordo da Assembleia Municipal quanto à afetação aos Municípios associados da despesa com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, em 2014 – A Assembleia deliberou por unanimidade dar o seu acordo à afetação das despesas com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios associados, no ano de 2014. Uma vez que a despesa total é de 304.504,00 €, ao Município de Viana do Alentejo é imputada a quantia de 68.619,00 €, tendo em conta uma população de 5.743 habitantes, correspondente a 22,53% do total da população dos cinco Municípios associados.

Ponto quatro) Pedido de acordo da Assembleia Municipal quanto à comparticipação mensal do Município para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, em 2014 – A Assembleia deliberou por unanimidade dar o seu acordo quanto à comparticipação dos Municípios associados da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central. Assim, cada Município associado transferirá para a referida Associação de Municípios a importância de 1.500,00, mensalmente.

Ponto cinco) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a Assembleia Distrital de Évora [alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro] – A Assembleia procedeu à votação, por escrutínio secreto, para a eleição do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a Assembleia Distrital de Évora, nos termos da alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro, tendo-se obtido o seguinte resultado:

- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas – 11 votos;
- António Inácio Torrinha Lopes – 4 votos.

Assim, com 11 votos, foi eleita para integrar a Assembleia Distrital de Évora a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas.

Ponto seis) Designação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido nela representado, para integrar o Conselho Municipal de Juventude, nos termos da alínea b) do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro – Nos termos da alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro e nos termos da alínea b) do artigo 5.º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Viana do Alentejo, integram este Conselho um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados neste órgão.

Assim, o grupo de membros eleitos pela força política PS designou para integrar o Conselho Municipal de Juventude o membro Fernando Manuel Tim Tim Janeiro.

De igual modo também os membros eleitos pela força política CDU designaram para integrar o mesmo Conselho Municipal o membro Marta Maria Marcos Bagão.

Assim, passam a integrar o Conselho Municipal de Juventude de Viana do Alentejo, os seguintes membros:

» Fernando Manuel Tim Tim Janeiro – designado pelo PS;

» Marta Maria Marcos Bagão – designada pela CDU.

Ponto sete) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município ao Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses” – Nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas, a Assembleia autorizou por unanimidade a atribuição da Medalha de Honra do Município ao Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses”, com os fundamentos constantes da proposta elaborada pela Divisão de Desenvolvimento Social e Humano.

O membro Sara Pajote referiu que está na altura de reformular o método de atribuição desta Medalha, uma vez que as Associações do Concelho já foram praticamente todas contempladas com esta atribuição. Sugeriu que se comece a atribuir a Medalha de Honra do Município a pessoas ou a empresas que se distingam neste concelho.

Ponto oito) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Associação “Os Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do Património” – Nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas e sem a presença do membro Nuno Grave por ter declarado o seu impedimento, uma vez que faz parte dos órgãos sociais da Associação em causa, a Assembleia autorizou, com catorze votos favoráveis, a atribuição da Medalha de Honra do Município à Associação “Os Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do Património”, com os fundamentos constantes da proposta elaborada pela Divisão de Desenvolvimento Social e Humano.

Ponto nove) Proposta de transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas – Sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia deliberou por unanimidade que fosse transferida para a Freguesia de Alcáçovas a importância de 10.000,00 €, como comparticipação nas despesas com a realização da Quinzena Cultural de 2013.

A este respeito o membro Helena Torrão perguntou qual foi o total despendido pela Junta de Freguesia com a realização da mesma, tendo a senhora Presidente da Junta respondido que foram cerca de 36.000,00 €.

O senhor Presidente da Câmara referiu que havia sido acordado previamente entre a Câmara e aquela Junta que, independentemente do custo total da Quinzena, a Câmara iria comparticipar com esta importância.

Ponto dez) Proposta de atribuição de despesas de representação à Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, nomeada em regime de substituição – Sob proposta da Câmara

Municipal e nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia deliberou por unanimidade a atribuição de despesas de representação à Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano da Câmara Municipal – Dr.ª Florbela da Luz Descalço Fernandes. A dirigente em causa é Técnica Superior do Município de Évora, licenciada em Serviço Social e foi nomeada Chefe de Divisão em regime de substituição, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ponto onze) Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, de acordo com a alínea l) do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro – O senhor Presidente da Assembleia comunicou que lhe foi transmitido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Viana do Alentejo, através de ofício, que se procedesse à atualização dos membros que integram aquela Comissão.

Assim, nos termos da alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia propôs que ficassem a integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Viana do Alentejo os três Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, respetivamente Joaquim Rodolfo Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo; Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas; e António Inácio Torrinha Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, bem como o senhor Carlos Ben Piló Carvalho, Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico na EB1 de Viana do Alentejo. Esta proposta foi votada por escrutínio secreto, tendo resultado a sua aprovação por unanimidade.

Ponto doze) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais para 2014/2017 e respetivos anexos (mapa de pessoal e autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais) - O senhor Presidente da Câmara apresentou os Documentos Previsionais para 2014/2017, contendo o respetivo Mapa de Pessoal e a autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais. O Orçamento Municipal importa em 8.104.949,00 €, sendo 5.524.915,00 € de receitas correntes e 2.580.034,00 € de receitas de capital e 5.145.994,00 € de despesas correntes e 2.958.955,00 € de despesas de capital.

Referiu o senhor Presidente que este orçamento é elaborado num contexto muito complexo. A situação de resgate financeiro em que se encontra o nosso país, que não acontecia desde 1983, obrigou a que, especialmente o setor público, cumprisse uma série de objetivos difíceis de concretizar, obrigando a uma significativa alteração do seu funcionamento normal, o qual como sabemos tem implicação direta no apoio às populações.

Adiantou o senhor Presidente que as autarquias têm sido das entidades mais sacrificadas, através da imposição de regras de vária ordem, sob o pretexto da correção do défice das contas públicas, para o qual não contribuíram. Embora o texto final do orçamento para 2014 ainda não tenha sido aprovado, disse o senhor Presidente que os condicionalismos são entre outros:

» Financeiros – através da redução das transferências do Orçamento de Estado superior a 2,5% (o valor das transferências do OE para a nossa autarquia em 2014 é inferior ao valor recebido em 2007). Ora, tendo em conta a oferta de serviços e a quantidade de equipamentos que a autarquia dispõe face a 2007, torna muito mais difícil a gestão autárquica;

» Obrigatoriedade de redução do número de trabalhadores (recorde-se que a autarquia de Viana foi obrigada a reduzir em 3% o número de trabalhadores em 2012 (4 trabalhadores) e 2% em 2013 (3 trabalhadores);

» Fortes restrições ao endividamento bancário, obrigando a que apenas se possam desenvolver projetos de investimento com apoio de fundos comunitários;

» A fase de transição entre Quadros Comunitários, (fim do QREN e início do acordo de parceria Portugal 2020) sempre com indefinições de vária ordem;

» Uma nova Lei da Finanças Locais a entrar em vigor em 01/01/2014, a qual está a causar muita apreensão aos autarcas (alguns autarcas mais antigos referem que, ao longo do tempo, as várias leis das finanças locais têm sido cada vez mais penalizadoras para o poder local, sendo uma pior que a outra...).

Disse o senhor Presidente que, resumindo, temos um contexto em que tudo é mais difícil. Concretamente aos Documentos Previsionais para 2014, contendo o respetivo Mapa de Pessoal, o Orçamento Municipal importa, como já atrás referido, em 8.104.949,00 €, o que se traduz numa redução de cerca de 20%, face ao ano anterior, sofrendo o investimento, uma fortíssima redução, superior a 35%. Adiantou que para 2014 pretende-se genericamente:

» Manter a atividade corrente e eventos, eventualmente com alguns ajustes orçamentais;

» Manter os apoios na área social e educação, trabalhando para os aperfeiçoar, de forma a que na realidade os mesmos possam aumentar para os mais necessitados;

» Continuar a aposta no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Gabinete de Inserção Profissional, apoiando assim a economia local e o Emprego;

» Rentabilizar o Contrato de Desenvolvimento Social, cujo Plano de ação foi aprovado no CLAS de dia 12/12/2013.

Disse também o senhor Presidente que o grande investimento para 2014 será a obra do **Paço dos Henriques**, em Alcáçovas, cuja candidatura aos fundos comunitários já foi aprovada. Para além disso, haverá pequenas intervenções e melhorias que tanto úteis são à população. Haverá ainda a elaboração de alguns projetos com intenção de poderem ser candidatados ao novo pacote de fundos.

Disse ainda o senhor Presidente que evidentemente que foi difícil equilibrar e elaborar este orçamento....

Disse por último que algumas das propostas dos Vereadores serão consideradas nas nossas ações durante o ano de 2014.

O membro Helena Torrão perguntou se era possível fazer-se a votação separadamente dos Documentos Previsionais, do Mapa de Pessoal e da autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais, tendo o senhor Presidente da Assembleia respondido que não, uma vez que está tudo incluído só num ponto.

Também o membro Helena Torrão perguntou se vai haver alterações aos Regulamentos relacionados com as áreas da Educação e Ação Social e no que consistem, tendo o senhor Presidente da Câmara referido que os Regulamentos poderão ser alterados a qualquer momento, sempre de maneira a que fiquem melhores e de acordo com a realidade.

Perguntou ainda o membro Helena Torrão se não haverá abertura, por parte da Câmara, para outro tipo de apoios, nomeadamente na aquisição de medicamentos.

A este propósito, o senhor Presidente da Câmara referiu que, com as restrições orçamentais a que as Autarquias estão sujeitas atualmente, não vê a possibilidade de, neste momento, ser

implementado este tipo de apoio, sendo conveniente referir que é ao Poder Central que compete apoiar este tipo de necessidades e não às Autarquias.

Referiu também o membro Helena Torrão que a Câmara poderia dar mais apoio na área do Ensino, tendo o senhor Presidente da Câmara feito referência à atribuição das Bolsas de Estudo, no âmbito dos Regulamentos Municipais em vigor.

O membro Helena Torrão sugeriu a existência de apoio até ao 12.º ano para as pessoas mais carenciadas, nomeadamente para compra dos livros.

O senhor Presidente disse que esta questão é em tudo idêntica à do apoio na aquisição dos medicamentos, a qual se prende com as restrições orçamentais. Disse o senhor Presidente que considera que o Município, mesmo com estas restrições orçamentais, tem feito um investimento muito significativo na área da Educação, sendo o mais representativo a Construção do novo Centro Escolar, com todas as valências que daí advêm para toda a comunidade educativa. Em relação à compra de livros, o senhor Presidente referiu-se ao Banco de Manuais Escolares que foi implementado pelo Município em parceria com outras entidades locais, o qual tem como destinatários os alunos que frequentam o Ensino Escolar Básico e Secundário no concelho, podendo os mesmos usufruir dos livros gratuitamente.

A este propósito, o membro Helena Torrão perguntou como está a funcionar este Banco de Manuais Escolares. O senhor Presidente respondeu que não tem conhecimento de qualquer irregularidade no seu funcionamento, pelo que deduz que o mesmo está a funcionar regularmente.

Ainda a este respeito, referiu o membro Helena Torrão que é preciso implementar uma Política Educativa no concelho, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que isso é um conceito puramente teórico, uma vez que na realidade existe uma Política Educativa no Concelho.

O membro João Antunes, em relação às questões de Educação colocadas pelo membro Helena Torrão, referiu que as mesmas são sempre assuntos interessantes para debate. Referiu que irá dividir a sua intervenção em duas partes: a primeira parte sobre o que o Município tem feito em prol da educação no concelho e uma segunda parte sobre o Banco de Manuais Escolares que foi mencionado. No que concerne à Educação, destacou que o Município tem realizado um investimento financeiro nos últimos anos para manter, melhorar e introduzir algumas iniciativas. Destacou algumas ações em prol da Educação, como por exemplo as Bolsas de Estudo por carência económica para alunos do ensino superior, o prémio para o melhor aluno do ensino secundário, a construção do novo Centro Escolar de Viana do Alentejo, a requalificação do parque escolar ao nível do 1.º Ciclo e Jardim-de-Infância, a ação social escolar, o circuito de transportes, o programa “Regime da fruta escolar”, o projeto de empreendedorismo “Aprender a Empreender”, a Universidade Sénior Túlio Espanca – Escola Popular da Universidade de Évora, Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Viana Summer, etc. Referiu ainda este membro que é de opinião que o Município, em colaboração com a comunidade educativa, tem estado a trabalhar para o essencial, ou seja, desenvolver a educação formal, não formal e informal, possibilitando melhores oportunidades para aprendizagem aos nossos cidadãos.

Relativamente ao Banco de Manuais Escolares, no ano letivo 2012/2013, referiu este membro que o Município, em parceria com outras entidades locais, implementou um Banco de

Manuais Escolares. Este Banco tem como destinatários os alunos que frequentam o ensino escolar do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário no Concelho de Viana do Alentejo. O projeto conta com a colaboração das Bibliotecas do concelho, do Agrupamento de Escolas do Concelho, da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar, da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alcáçovas e das Juntas de Freguesia do concelho. O Banco funciona nas três Bibliotecas do Concelho. Com efeito, este projeto cria as condições necessárias para que as pessoas de Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo possam partilhar os manuais escolares de que já não precisam, mas que possam ser úteis para outros. Informou que o Banco de Manuais Escolares do Concelho de Viana do Alentejo aderiu ao “Movimento pela Reutilização dos Livros Escolares”.

Acrescentou o membro João Antunes que, no seu entendimento, as principais dificuldades da implementação do Banco são, por um lado, as editoras usam estratégias para que os manuais tenham de ser substituídos no final de cada ano letivo e, por outro lado, o acordo ortográfico obrigou à substituição de muitos manuais. Terminou a sua intervenção, dizendo que a lista de manuais do Banco de Manuais Escolares está disponível na página eletrónica da Biblioteca na Internet.

O membro Fernando Janeiro, referindo-se aos manuais escolares, disse que é muito difícil conseguir que os livros passem de uns alunos para outros em perfeitas condições de utilização. Disse ter disso o exemplo na sua própria casa, em relação às suas filhas.

A este propósito, o membro Sara Pajote referiu que deveria haver uma sensibilização para com os alunos no sentido da conservação dos manuais escolares, para que pudessem ser posteriormente utilizados por outros, ainda em bom estado. Adiantou que este trabalho não deveria ser só por parte da Câmara, mas também das Associações, das IPSS's, etc. Adiantou este membro que os pais também têm um papel importante nesta matéria.

Disse ainda o membro Sara Pajote ter conhecimento de que há pessoas, com filhos a estudar, que nunca foram pedir livros ao Banco de Manuais Escolares. No final de cada ano letivo pedem aos colegas que transitam para o ano seguinte, que os emprestem, uma vez que os mesmos têm o cuidado de os manter em boas condições de utilização.

O senhor Presidente da Assembleia, em relação a estas questões que foram aqui suscitadas, referiu que as Autarquias não se podem substituir ao Governo no que se refere à Educação mas, no entanto, mesmo tendo em conta o contexto atual, têm feito bastante em prol da Educação. Votados os Documentos Previsionais para 2014/2017, incluindo o Mapa de Pessoal e a autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais, foram todos aprovados com treze votos favoráveis e duas abstenções por parte dos membros Helena Torrão e António Inácio Lopes.

Não tendo havido quaisquer intervenções no segundo período destinado ao público, o senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão às zero horas e quinze minutos.

Aprovada a 28 de fevereiro de 2014.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
